

RESENHA

FICÇÃO E TESTEMUNHO: UM CONVITE A DEMORAR NA LITERATURA QUE TESTEMUNHA A VERDADE SEM VERDADE. RESENHA DE DEMORAR: MAURICE BLANCHOT DE JACQUES DERRIDA

Raphael Pelosi Pellegrini¹

Escrever com Derrida sobre uma experiência não experienciada de morte-imortal narrada por Blanchot (2003) no limite indecifrável que guarda de-morada entre a ficção e o testemunho se constituiu como um difícil exercício de operar uma aproximação com a linguagem capaz de possibilitar uma escuta das palavras de um filósofo que guarda um cuidado especial pela escolha de cada signo e sua respectiva combinação nas sentenças. Toda palavra enunciada por Derrida surgia para mim carregada de muitas outras que se combinavam em minhas conexões e dizia sobre quem as inscrevia. Ficcionalmente autobiográfica, “*Demorar*” é também linguagem que testemunha sobre aquilo que acontece no encontro dos escritos.

Em “*Demorar*”, Derrida parece provocar uma espécie de suspensão do tempo – que não para, passa rápido para o jovem que já não é mais tão jovem ao voltar para o castelo, como narrado por Blanchot, e para o leitor – e do espaço que se contrai e expande em múltiplas direções e me convida a pensar com ele a relação entre ficção e testemunho que, para além de uma oposição entre as noções de verdade e mentira, guarda interpenetrações necessárias e indissociáveis para que ambos – a ficção literária e o testemunho – coexistam. Fruto de uma conferência realizada na Universidade Católica de Lavaina – Bélgica, “*Demorar*” é um texto que convoca uma suspensão nas noções de testemunho e o pensamento sobre suas possibilidades e potencialidades a partir de uma obra de outro filósofo, Maurice Blanchot.

De um lado, com efeito, um testemunho não literário não é mais uma prova que um testemunho em forma de ficção literária. De outro lado, o autor de um e de outro, sempre única testemunha do que se fala, pode dizer o verdadeiro ou o falso, dizer o verdadeiro aqui e o falso ali, entretecer uma série de interpretações, de conotações, de reflexões, de incidências inverificáveis em torno de uma trama ou de uma cadeia objetivamente verificável e insuspeitável. É o fio desses limites *entre* ficção e testemunho, mas também os limites *internos* a um e a outro, que estudaremos em suas malhas. A textura do fio se demora na flutuação, na instabilidade, na permeabilidade. Histórica por toda parte, essa textura não é senão a textura da literatura e de todas as paixões que ela sofre e suporta, que testemunha como sua verdade sem verdade, de todas as paixões que ela insufla ou que se agarram a ela. (DERRIDA, 2015)

¹ Raphael Pellegrini, mestrando do Programa de Pós-graduação em Educação da Unirio – PPGEDU, bolsista Capes, membro do Grupo de Pesquisa Práticas Educativas e Formação de Professores e do Núcleo de Estudos e Pesquisas: Práticas Educativas e Cotidiano – NEPEEC e membro do corpo editorial da Revista Interinstitucional Artes de Educar. E-mail: <raphaelpellegrini@gmail.com>

Derrida localiza o testemunho numa aporia, numa dupla camada de possibilidades de ser e não ser simultaneamente. O testemunho é único, captura do aqui-agora vivenciado por aquele que testemunha. Singularidade que guarda o instante do acontecimento. Entretanto, toda essa singularidade, apoiada também na noção de um testemunho verdadeiro, fiel porque vivenciado pelo que narra o acontecido, ao se fazer na tecnologia da língua se constitui numa técnica reprodutível. O testemunho na língua pode ser repetido, constitui um instante idealizado e por isso desmembra o instante singular, partindo-o e abrindo a possibilidade da ficção e da mentira. O testemunho não parece – por se dar sempre na língua – se libertar da possibilidade de ficção, da literatura.

O que digo pela primeira vez, se é um testemunho, já é uma repetição, ao menos uma repetibilidade, uma iterabilidade, mais de uma vez em uma vez, mais de um instante em um instante, ao mesmo tempo, e o instante se divide sempre em sua extremidade, a extremidade de sua escrita. Ele está sempre na iminência de se dividir, de onde vem o problema da idealização. O instante singular, na medida em que ele é repetível, torna-se um instante ideal. Lá se encontra a raiz do problema testemunhal da *tekhne*. A técnica, a reprodutibilidade técnica, está excluída do testemunho, que é sempre um chamado à presença da viva voz em primeira pessoa. Mas a partir do ponto em que o testemunho deve poder se repetir, a *tekhne* está admitida, ela introduzida lá onde é excluída. Para isso não é preciso câmeras, vídeos, máquinas de escrever e computadores. Desde que a frase seja repetível, isto é, desde sua origem, no instante em que ela é pronunciada e torna-se inteligível, então, idealizável, ela já está instrumentalizada e afetada pela tecnologia. E pela virtualidade. É então a própria instância do instante que parece tornar-se exemplar: exemplar lá mesmo onde parece a única e insubstituível, sob a chancela da unicidade. E lá se insinua talvez com a tecnologia, como idealidade e como iterabilidade protética, a possibilidade da ficção e da mentira, do simulacro e da literatura, do direito à literatura, a própria origem do testemunho veraz, da autobiografia de boa-fé, da confissão sincera, como sua possibilidade essencial. (DERRIDA, 2015, p 50-51)

Se o testemunho guarda consigo sua possibilidade de ficção, requer daquele que o escuta a crença naquele que testemunha. Não é possível estar no lugar do aqui-agora daquele que experienciou um acontecimento. Não é possível também buscar provas da veracidade daquilo que é dito sobre o que foi vivido por quem narra. A escuta requer a possibilidade de acontecimento, exceder a possibilidade de cálculo da máquina, chama por justiça cognitiva e suspensão de julgamentos para que o testemunho exista como tal, guardando sua insubstituíbilidade substituível. Na linguagem, torna-se máquina, técnica reprodutível que traz a possibilidade de ficção, como afirma Derrida.

É nesse sentido que Derrida se aproxima de uma narrativa de Blanchot que habita esse espaço indefinido de literatura, testemunho, ficção, autobiografia. “*O instante de minha morte*”, narrativa de Blanchot publicada quase no fim da sua vida que direciona a conferência de Derrida em Demorar, carrega a voz daquele que sobrevive ao acontecimento para poder narrá-lo – “*só se testemunha lá onde se viveu mais tempo do que aquilo que acabou de acontecer*.” (DERRIDA, 2015, p.54) –, porém com um narrador que experiencia sem experienciar a morte durante um evento na segunda guerra mundial. Na obra de Blanchot o testemunho percorre a fronteira requisitando mais a escuta do que a delimitação entre ficção ou realidade. Se autobiográfico por ser escrito, “*O instante de minha morte*” pode ser

entendido também como ato performativo, ato de sobrevivência a uma morte sem morte que só se efetua muitos anos após do ocorrido.

Se em meu percurso tomo o testemunho sob seu requisito de crença, encontro em Santos (2007) e Nancy (2012) alguns sentidos daquilo que seria a justiça [cognitiva] e por tal a necessidade do outro, da escuta e reconhecimento para aquele que narra o acontecido.

Isso nos ensina uma primeira coisa muito importante: o justo e o injusto se decidem sempre em relação aos outros. No justo e no injusto, trata-se dos outros e de mim, mas sempre de mim em relação aos outros. [...] A justiça, portanto, só existe em relação ao outro (NANCY, 2012, p.17).

Nessa relação com outro, no percurso que demora à chegada, a justiça se constitui nessa troca situacional de permanente atravessamento de fronteiras com a literatura impossibilitada de se constituir como prova a partir de uma possível separação entre o testemunho na ficcional e o literário. Se aquele que sobrevive ao acontecido para narrar a posteriori o aqui-agora vivido guarda em seu testemunho a possibilidade ficcional, por que acreditar que seria possível, de maneira objetiva, obter o real vivido? Que métodos escapariam à técnica da linguagem que negariam a possibilidade de literatura?

Nessa mesma aporia entre um testemunho como valor de prova, de verdade do acontecido e ao mesmo tempo como criação ficcional, penso na necessidade de se constituir justiça na escuta da narrativa da sala de aula. Se a justiça é da ordem da relação com o outro e o testemunho requer a crença naquele que relata, aquilo que se passa nos *espaçostempos* da educação precisam, de antemão, de justiça para serem narrados. Experiências imprevisíveis, lógicas de Alice (CARROL, 2010) nas salas de aula, se silenciadas por aqueles que ali viveram o acontecido, fazem morada na impossibilidade de sobreviver ao acontecido. Morte sem morte. A deslegitimação das vozes dos professorxs no que toca seus *saberespráticas* dos percursos e encontros da sala de aula condena sem matar aquele que sobrevive ao acontecido.

A justiça se faz efetivamente em relação aos outros. Sou um outro em relação a vocês, como vocês são um outro em relação a mim. Na medida em que sou apenas eu, estou limitado em minha possibilidade de pensar, de compreender, de apreciar o que é devido ao outro, o que é devido a vocês. Não posso decidir sozinho o que é justo para vocês e para todo mundo. (NANCY, 2012, p.39)

É nessa perspectiva de justiça que a virada *políticapeistemoleogica* para o sul, proposta por Santos nas epistemologias do sul (SANTOS, 2010), se mostra necessária para possibilitar a existência de tantas vozes deslegitimadas/injustiçadas pela hegemonia de uma epistemologia abissal do norte. A ciência moderna e sua razão indolente (SANTOS, 2001) silenciam e apagam as lógicas que escapam às suas previsões, esvaziando o mundo de alternativas de existência e de sentidos. Com suas noções curtas e preguiçosas de entendimento, a sentença ao abismo (SANTOS, 20q0) impossibilita ao sobrevivente narrar o acontecido. Tenta apagar sem apagar a literatura do mundo que se inscreve sempre como possibilidade de ficção naquele que conta o que lhe aconteceu.

Se não podemos decidir sozinhos o que é justo para o outro, se nos falta as lógicas e singularidades nas construções de sentido que o outro apreende e constrói no/com o mundo, cabe a crença naquele que narra como forma de permitir o encontro com a diferença, a possibilidade de inteligibilidade mútua. Permitir àquele que experiência, seja a sala de aula,

seja um poema narrar o acontecimento, é permitir a expansão do presente pela diferença. Além disso, é permitir que não se morra sem morte, mas que se sobreviva ao acontecido se compartilhe o instante de *não* morte.

Boa leitura!

REFERÊNCIAS

- BLANCHOT, M. O instante da minha morte. Porto: Campo das Letras, 2003.
- CARROLL, L. Aventuras de Alice no País das Maravilhas. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- DERRIDA, J. Demorar: Maurice Blanchot. Florianópolis: Editora UFSC, 2015.
- NANCY, J-I. Justiça: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- SANTOS, B.S. A crítica da razão indolente: contra do desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, B. S. (Org). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M. P. (org.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010. p. 23-71.